

Governo assina decreto de reciprocidade sobre taxas

Conteúdo da medida deve ser publicado hoje do Diário Oficial da União

/ CONJUNTURA

O presidente Lula (PT) assinou ontem o decreto que regulamenta a chamada Lei da Reciprocidade, instrumento que permitirá ao Brasil adotar medidas em resposta à sobretaxa de 50% anunciada pelo governo Donald Trump para produtos brasileiros.

O decreto estabelece os procedimentos que devem ser adotados para a aplicação da lei aprovada pelo Congresso em abril, que impõe a reciprocidade de regras ambientais e comerciais nas relações do Brasil com outros países. A proposta teve tramitação acelerada na Câmara e no Senado, com apoio de ruralistas e governistas. O conteúdo do decreto deve ser publicado na edição de hoje do Diário Oficial da União.

A aceleração da regulamentação para o início desta semana havia sido adiada no domingo pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Na ocasião, o vice-presidente também afirmou que pretende levar a questão da taxa à Organização Mundial do Comércio (OMC). “Não se justifica essa tarifa, ela inclusive prejudica também o consumidor americano”, disse. “Além disso, dos dez produtos que eles mais exportam para nós, oito não têm imposto. Vamos trabalhar para reverter isso.”

O decreto de Lula deve prever que o parceiro comercial alvo da reciprocidade seja comunicado pelos canais diplomáticos em cada



Vice-presidente afirmou que pretende levar a questão da taxa à OMC

fase do processo, o que garante que a negociação seja mantida constantemente entre os países e serve até mesmo como uma forma de pressão para evitar qualquer tipo de retaliação.

A Lei da Reciprocidade define como alvo qualquer país ou bloco econômico que decida adotar medidas unilaterais e ações que prejudiquem a competitividade internacional de bens e produtos brasileiros. O modelo permite ao Brasil adotar contramedidas comerciais e diplomáticas proporcionais quando países ou blocos econômicos impuserem barreiras ambientais injustificadas aos produtos brasileiros. A Camex (Câ-

mara de Comércio Exterior) passa a ter papel central na aplicação de medidas, garantindo uma abordagem mais técnica e menos suscetível a distorções políticas.

Em vez de barreiras automáticas, o texto prevê consultas diplomáticas coordenadas pelo Ministério de Relações Exteriores, possibilitando a resolução de conflitos de forma negociada antes da aplicação de contramedidas. A proposta também permite que o Brasil suspenda concessões comerciais e de investimentos, bem como reavalie obrigações em acordos de propriedade intelectual, garantindo mais flexibilidade na defesa dos interesses nacionais.

Audiência de conciliação sobre o IOF será hoje no STF

Hoje, às 15h, vai ser realizada no Supremo Tribunal Federal (STF) uma audiência de conciliação entre o governo federal e o Congresso Nacional para tratar dos decretos do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

O aumento do imposto está suspenso por decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, que marcou essa audiência.

Ontem, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo Lula (PT) não deve levar uma nova proposta sobre o IOF em audiência de conciliação entre representantes dos três Poderes no

STF nesta terça-feira.

No começo do mês, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, suspendeu os decretos presidenciais que aumentaram o IOF e o decreto legislativo que barrou os reajustes, além de ter marcado uma audiência para tratar do tema. Segundo Rui Costa, o governo não negociará com o Parlamento nesse assunto. Ele diz que não há discussão sobre “uma proposta alternativa” do Executivo e que o governo fará a defesa do decreto no Judiciário.

“O governo já tem a proposta e foi o que fez no decreto. A posi-

ção oficial do governo é que o decreto está regular e o governo pediu que o STF se manifeste. Não temos proposta alternativa, a posição nossa é a que está lá de defesa do decreto. O governo não fará negociação sobre esse tema. O governo defenderá manter a defesa no Judiciário de seu decreto”, afirmou Rui Costa.

Na sexta, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal pediram ao STF que declare constitucional o decreto legislativo aprovado pelo Congresso que derrubou o aumento do IOF decretado pelo governo Lula.

Gerson Anzzulin
atencaonoseguro@gmail.com

Atenção no seguro

INFORME PUBLICITÁRIO

Cresce a procura pelo seguro viagem no Rio Grande do Sul

Levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras indicou que a procura pelo seguro viagem no Rio Grande do Sul cresceu 159,3% nos quatro primeiros meses de 2025, na comparação com o mesmo período de 2024. O valor total da arrecadação foi de R\$ 17,6 milhões.

O ponto de destaque do levantamento é o fato de que o número de passageiros em voos que partiram do Estado nesse mesmo período teve uma redução de 38,41%, de acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil, evidenciando o aumento da conscientização dos consumidores em relação à importância do produto.

Com o aumento da arrecadação, cresceu também, em 71,5%, o pagamento das indenizações, de janeiro a abril, alcançando o valor de R\$ 8 milhões.

Conforme a integrante da Comissão de Produtos de Risco da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida, Nancy Rodrigues, o seguro viagem deve fazer parte do planejamento de toda viagem. “O custo-benefício do produto é excelente e não deve jamais ser deixado de lado, pois oferece proteção e apoio ao viajante no momento em que ele precisar, desde o embarque até o desembarque. E, imprevistos acontecem, então a melhor forma de se prevenir dos contratemplos financeiros e emocionais é estar seguro”, afirmou.

O Seguro Viagem garante ao segurado ou aos seus beneficiários uma indenização na forma de pagamento do valor contratado, de reembolso ou de prestação de serviços, no caso da ocorrência de sinistro, desde que relacionado à viagem, durante período determinado no contrato.

Entre as coberturas que podem ser ofertadas, estão as de despesas médicas, hospitalares e odontológicas, traslado médico, morte ou invalidez em viagem e traslado de corpo, em caso de morte.

Pagamento de indenizações sobe 15,5% no primeiro quadrimestre de 2025

Pesquisa da Confederação Nacional das Seguradoras mostrou nos primeiros quatro meses de 2025 os pagamentos realizados a consumidores e empresas totalizaram R\$ 88,7 bilhões, representando uma alta expressiva de 15,5% na comparação anual.

No mesmo intervalo, o setor (com exceção da Saúde Suplementar) arrecadou R\$ 140,7 bilhões em prêmios de seguros, contribuições para planos de previdência e receitas com títulos de capitalização, apontando um crescimento de 1,4% em relação ao mesmo período de 2024.

O desempenho dos planos de Previdência Aberta teve um recuo de 7,7% no acumulado do ano, enquanto os resgates e benefícios pagos avançaram 23,2% no mesmo período, pressionando a captação líquida do segmento.

No acumulado do quadrimestre, os seguros de Danos e Responsabilidades registraram avanço de 8,9%, arrecadando R\$ 45,4 bilhões. Os seguros de Pessoas, que abrangem modalidades como Vida, Viagem e Prestamista, cresceram 9,1%, com mais de R\$ 25 bilhões em prêmios. Já a Capitalização somou R\$ 11 bilhões em faturamento até abril, alta de 11,2% em relação ao ano anterior.



Nancy Rodrigues: “O seguro viagem deve fazer parte do planejamento de toda viagem”

ACOMPANHE AS NOVIDADES DO MERCADO SEGURADOR.

Assine nossa newsletter diária. Mande email para sindsegrs@sindsegrs.com.br

Nos siga nas redes sociais:

